
Produção de Conhecimento no Serviço Social Amazônica: análise da produção acadêmica sobre povos indígenas e comunidades tradicionais

Patrício Azevedo Ribeiro¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8922-1752>

Kamila Batista Fonseca²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1326-7938>

Joelen Pereira Fonseca³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8456-9824>

Resumo

O artigo discute a produção acadêmica do Serviço Social amazônica que têm como centralidade povos indígenas e comunidades tradicionais, com recorte à produção dos estados que fazem parte da Regional Norte da ABEPSS, nos últimos oito anos. Como procedimento metodológico, realizou-se revisão bibliográfica e levantamento documental (de 2014 a 2022) para coleta de dados em anais de congressos e trabalhos de conclusão de curso (mestrado e doutorado). Os resultados apontam, no total, 137 trabalhos os quais revelam uma diversidade de temas que envolvem povos indígenas e comunidades tradicionais, considerando o contexto urbano e rural da Amazônia. São frutos de estudos e pesquisas que singularizam e particularizam as questões territoriais, geográficas, ambientais, políticas, culturais e étnicas dos povos, assim como, evidenciam as políticas públicas e as expressões da questão social presentes na realidade amazônica.

Palavras-chave: Serviço Social; Produção de Conhecimento; Amazônia; Povos e Comunidades Tradicionais.

Knowledge Production in Amazonian Social Work: analysis of academic production on indigenous peoples and traditional communities

Abstract

The article discusses the academic production of Amazonian Social Service that has as its centrality indigenous peoples and traditional communities, focusing on the production of the states that are part of the North Regional of ABEPSS, the works of the last eight years. As a methodological procedure, a bibliographical review and documental survey (from 2014 to 2022) were carried out to collect data in congress annals and course conclusion works (master's and doctorate). The results point to a total of 137 works, which reveal a diversity of themes involving indigenous peoples and traditional communities, considering the urban and rural context of the Amazon. They are the fruits of studies and research that single out and individualize the territorial, geographic, environmental, political, cultural and ethnic issues of the peoples, as well as highlight the public policies and expressions of the social issue present in the Amazonian reality.

¹ Graduado em Serviço Social e Mestre em Serviço Social (UFAM); Estudante de Doutorado em Serviço Social (UFPA). Professor adjunto do curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: patricioribeiro@ufam.edu.br

² Estudante de Graduação do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ). E-mail: kamila.roll22@gmail.com

³ Estudante de Graduação do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ). E-mail: fonsecajoelen32@gmail.com



Keywords: Social Service; Knowledge Production; Amazon; Traditional Peoples and Communities.

Tramitação:

Recebido em: 16/12/2022

Aprovado em: 13/02/2023

Introdução

Com a emergência da pós-graduação na área do Serviço Social, em meados da década de 1970, a profissão deu saltos qualitativos revelando-se como potencializadora na produção de conhecimento científico. Kameyama (1998) afirma que em 1972 foram criados os primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Nesse período, embalada pelo Movimento de Reconceituação, a profissão respirava os embates teórico-metodológicos, com vistas a avançar e se afirmar na sociabilidade capitalista.

Todavia, foi na década de 1980 que se instituiu de maneira mais sistemática o debate acadêmico e as possibilidades de pesquisa no interior do Serviço Social, marcado pelo processo de “intenção de ruptura” (NETTO, 2005) com o conservadorismo que se fez/faz presente no desenvolvimento da profissão, culminando, em 1990, com a “apropriação ontológica” da teoria marxiana, a qual vai elevar o direcionamento teórico-metodológico do Serviço Social (SANTOS, 2007).

A pesquisa ganhou relevo com o aparecimento do financiamento e bolsas de pós-graduação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); bem como, com as discussões sobre o objeto de estudo que caminhavam para uma compreensão clara e de totalidade sobre a questão social, além dos primeiros campos de atuação profissional que espalhavam o Serviço Social como uma área de conhecimento no contexto das ciências sociais (LARA, 2008; BOURGUIGNON, 2007; CARVALHO e SILVA, 2005).

Acompanhando o debate e o desenvolvimento nacional da profissão, na Amazônia, em especial na parte que compreende os estados da Regional Norte da ABEPSS⁴, é importante

⁴ A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) divide o estado brasileiro em 06 regiões, tendo em vista seu processo estratégico de atuação no âmbito da graduação e da pós-graduação, quais sejam: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Leste, Sul I e Sul II. Assim, especialmente neste trabalho, adotamos a divisão da ABEPSS. Logo, a Regional Norte contempla 08



sinalizar que, a primeira Escola de Serviço Social surgiu no estado do Amazonas, especificamente na cidade de Manaus, na década de 1940, sendo a fundação oficial em 1941 (MONTENEGRO, 1986). Já em 1950 surgiu no estado do Pará (Belém), seguido do Maranhão (São Luís), em 1953. Por outro lado, é somente em 1993 que ocorre a criação do primeiro Programa de Pós-Graduação (PPG) vinculado à área de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), intitulado de PPG em Políticas Públicas. Os demais surgiram a partir de 1996 de modo que, dos 09 (nove) estados que compõem a ABEPSS/Norte apenas 05 (cinco) possuem PPGs na área da profissão, conforme reconhecimento da CAPES.

Entende-se que a criação da Pós-Graduação na Região Amazônica alavancou a produção de conhecimento no contexto do Serviço Social, trazendo em destaque as singularidades e particularidades das expressões da questão social que tensionam o cotidiano nos meios urbano e rural dos municípios. Ou seja, a produção acadêmica em nível *stricto sensu* vem contribuindo no processo de formação e trabalho profissional, sobretudo, quando os estudos e pesquisas abordam a realidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais que, historicamente, formam a Região Amazônica.

Considerando que a Amazônia brasileira concentra o maior número de povos indígenas do Brasil, uma expressividade de comunidades quilombolas, e ainda outros povos tradicionais como ribeirinhos, coletores, extrativistas, pescadores e outros, e conseqüentemente, os profissionais de Serviço Social lidam com esta diversidade étnica e política, faz-se mister identificar as produções científicas por parte dos pesquisadores da área na graduação e na pós-graduação.

É nessa direção que se assenta o presente artigo. O objetivo é discutir a produção acadêmica do Serviço Social que têm como centralidade povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia, com recorte aos estados que fazem parte da Regional Norte da ABEPSS, considerando as produções dos últimos oito anos. A discussão é resultado de revisão bibliográfica e levantamento documental (de 2014/2015 a 2022) para coleta de dados em diferentes fontes de informações.

estados da Amazônia brasileira (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins), e mais o estado do Piauí.



Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional.

Relem, Manaus (AM), v. 15, n. 24, jan./jun. 2022.

Inicialmente priorizaram-se os Anais⁵ dos principais congressos da área do Serviço Social em nível internacional, nacional e regional (2015 a 2022). Nesses Anais, publicizados em sites de internet, foram utilizadas palavras-chave a fim de identificar os trabalhos; na sequência foram organizados em planilhas eletrônicas obedecendo a uma classificação por evento científico, ano, título, objetivo e conclusão; por fim, foram elaborados gráficos por divisão de eventos e o quantitativo de trabalhos, considerando-se os temas em questão.

Posteriormente, investigaram-se as dissertações e as teses (2014 a 2022) dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da área de Serviço Social presentes na ABEPSS/Norte. Para a coleta de dados recorreu-se aos sites dos PPGs e ao site do banco de teses e dissertações da CAPES; na sequência, a sistematização seguiu o procedimento anterior obedecendo à divisão por PPG.

Os resultados do levantamento estão divididos em duas partes, além dessa introdução. A primeira discute algumas notas sobre a relação triádica entre pesquisa, Serviço Social e produção de conhecimento. A segunda faz um panorama sobre a pós-graduação na Amazônia no que tange o Serviço Social. Por fim, apresentam-se os dados coletados nos Anais de congressos, dissertações e teses acerca do conhecimento produzido no âmbito da temática de povos indígenas e comunidades tradicionais; seguido das considerações finais.

Pesquisa, Serviço Social e Produção de Conhecimento.

“A pesquisa é atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”
(DEMO, 1941)

De acordo com Netto (2009), o Serviço Social no Brasil, até os anos finais de 1960, desconheceu a pesquisa como parte constitutiva do perfil profissional. “Isto não significa que assistentes sociais, em seus espaços de trabalho [...], não tinham desenvolvido atividades investigativas ou participado, juntamente com outros profissionais, de projetos e atividades de pesquisa” (NETTO, 2009, p. 28-29). A preocupação mais acentuada com a produção

⁵ O critério de escolha dos Anais foi ter acesso à fonte primária em sites online, tendo em vista o não acesso por parte dos autores aos CDs de anos anteriores. Por isso, o acesso aos Anais oscila no tempo. Alguns começam em 2015, outros, de 2016 em diante. Foram selecionados os seguintes: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia (SIQSSAM), Simpósio Internacional Estado, Sociedade e Políticas Públicas (SINESPP), Seminário Nacional Serviço Social e a Pesquisa Social na Amazônia.



acadêmica emerge na década de 1970 com o surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação, em um período de efervescência da Ditadura Militar.

Com o início da pós-graduação aprofundou-se os tensionsamentos sobre o direcionamento teórico-metodológico adotado pela profissão que, até então, pautava-se sobremaneira no pensamento conservador e sem uma visão de totalidade da questão social. Kameyama (1998, p. 3) assim se refere à década de 1970 a 1990:

Em 1972 foi criado o primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, ainda em 1972 o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ; 1976 na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; 1977 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, 1978 na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 1979 na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Em 1980 a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo cria o primeiro curso de doutorado. Após o período ditatorial foram criados mais dois cursos de mestrado: em 1991 na Universidade Nacional de Brasília - UNB e em 1993 na Universidade Estadual de São Paulo - UNESP-Franca, e um curso de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na virada da década de 1970 para 1980 a profissão tem registrado em sua história o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, de 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, hoje Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Trata-se de um marco simbólico no interior da profissão, tendo em vista “[...] a recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica” (IAMAMOTO, 2020, p. 5). Para essa autora, o “Congresso da Virada” significou redirecionamentos teórico-metodológicos na atuação, na formação acadêmica e na produção de conhecimento na área.

Santos (2007) elucida que a passagem dos anos 1970 para 1980 representa também o processo de aproximações sucessivas entre o Serviço Social e a tradição marxista que, ao longo da década de 1980, se expressou por uma apropriação eminentemente epistemológica. Nessa linha de pensamento, Martinelli (2011, p. 147-148) enfatiza que:

No plano do exercício profissional, esse momento vivido ao final dos anos 70 e início dos anos de 80, correspondeu um avanço significativo da prática profissional, especialmente no sentido de que passou a ter um novo ponto de ancoragem, construído com base nas alianças com a classe trabalhadora. Se não hegemonicamente, mas ao mesmo com grande expressão, havia um reconhecimento pelo coletivo da categoria da importância daquelas alianças e,



principalmente, da necessidade de se criar marcos de referência para a ação profissional que extrapolasse os limites das estruturas institucionais.

Em 1985, a área de Serviço Social é reconhecida pelos órgãos de fomento à pesquisa, em especial o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo um grande avanço para a profissão que começara a se afirmar no mundo da pesquisa científica. Com essa conquista, os pesquisadores, alunos dos cursos de doutorado, mestrado e graduação, passaram a ter apoio financeiro através de bolsas de estudos.

Para Bourguignon (2007, p. 7), “os anos 80 marcam uma etapa de amadurecimento da produção teórica profissional, sendo a Universidade a grande protagonista deste processo. Já os anos 90 representam avanços quanto à consolidação do projeto ético-político da categoria [...]”, o que repercutiu na formação profissional e no direcionamento social na medida em que assumiu sua posição de classe trabalhadora e sendo representativa desta. Sobre esse posicionamento, Iamamoto (2010, p. 51) assevera que:

Os assistentes sociais ingressaram nos anos 90, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento. Por outro lado, amadureceram suas formas de representação político-corporativas, contando com órgãos de representação acadêmica e profissional reconhecidos e legitimados. Um amplo debate em torno das políticas sociais públicas, em especial da assistência social, situada no campo dos direitos sociais, na teia das relações entre Estado e a sociedade civil, contribui para adensar sobre identidade desse profissional, fortalecendo o seu auto relacionamento.

No que tange aos temas pesquisados pelos Assistentes Sociais a partir dos anos 1990, alguns estudos foram realizados a fim de identificar as tendências da produção de conhecimento pela categoria, sobretudo no âmbito da pós-graduação. Kameyama (1998) analisou 22 (vinte e dois) anos de produção acadêmica, de 1975 a 1997, ou seja, do período de emergência da pós-graduação ao contexto de apropriação ontológica da teoria marxiana pelo Serviço Social. Iamamoto (2004) construiu uma síntese dos caminhos e desafios da pesquisa por Assistentes Sociais integrantes de cursos de Mestrado e Doutorado na área. Para além dessa análise, Silva e Carvalho (2005) realizaram um levantamento de teses e dissertações em dez Programas de Pós-Graduação, totalizando 760 trabalhos no intervalo de 1998 a 2002.





Mais recentemente, Mendes e Almeida (2014) analisaram as tendências da pesquisa em Serviço Social a partir das demandas submetidas ao CNPq no período de 2011 a 2014.

No geral, essas investigações apontam que a produção acadêmica implica necessariamente na consolidação do Projeto Ético-Político e reafirmam a profissão como área de conhecimento no âmbito das ciências sociais. Por outro lado, identifica-se nos resultados que os temas pouco se debruçam ao debate dos povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil, e quando aparecem centram-se nos eixos dos movimentos sociais, da questão ambiental e da questão étnico-racial. Esse fato corrobora o pensamento sobre a necessidade da profissão se apropriar e avançar nas discussões em torno dos povos indígenas e comunidades tradicionais, considerando a operacionalização das políticas sociais nas quais são usuários.

Particularmente, sobre a questão indígena, Amaral e Bilar (2020) realizaram um levantamento em dois periódicos Qualis A-1 da área do Serviço Social (Revista Katálysis e a Revista Serviço Social & Sociedade), bem como nos Anais do Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social (ENPS), organizado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no intervalo de 2015 a 2019. A análise considerou a questão indígena como componente explícito da questão étnico-racial. Nos periódicos, no período pesquisado, foram publicados 327 artigos; destes, 07 versavam sobre a questão étnico-racial dos quais apenas 03 focavam na questão indígena. Já nos Anais do ENPS foram publicados 37 artigos que tinham como centralidade o debate de povos indígenas. Assim, “apesar da relevância dos dois periódicos estudados para o Serviço Social brasileiro, constata-se que pouco se tem avançado na disseminação da produção acadêmica acerca da questão étnico-racial, em especial sobre a temática indígena” (AMARAL; BILAR, 2020, p. 189).

Importante registrar que nos últimos dez anos o Serviço Social tem se aproximado do debate étnico-racial no processo de formação profissional, seja nas proposições das entidades representativas da categoria, seja na produção de conhecimento em artigos, dissertações e teses. Nos anos de 2012 e 2013, o CFESS lançou os boletins “CFESS Manifesta”, nos quais o Conselho Federal demarcou “[...] a necessidade de compreendermos essa realidade de múltiplas diversidades, como mais um desafio que se coloca para a defesa do nosso projeto ético-político profissional! Aprendamos com os/ as indígenas [...]” (CFESS, 2012, p. 2).

Em 2010 a ABEPSS criou um Grupo Temático de Pesquisa (GTP) intitulado “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidades”, com o objetivo de refletir temas desse âmbito no meio político e acadêmico. Em 2021, ao que parece, ocorreu



um dos maiores avanços por parte das entidades representativas ao escolher como tema para o dia 15 de maio (em alusão ao dia da/o Assistente Social), “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente: trabalho pela vida e resistência dos povos originários e comunidades tradicionais”. Com este tema buscou-se “reafirmar o Projeto ético-político profissional na defesa dos povos originários e tradicionais, reforçando a inserção da categoria na luta e resistência junto às comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e muitos outros, que estão não só campo, mas também nas cidades” (CFESS, 2021, s/p).

Assim, considerando que a profissão continua sendo desafiada a estudar, pesquisar e produzir conhecimento cada vez mais acerca da realidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais, pautados nas concepções concretas conforme se autodenominam os povos, bem como a partir do que rege o Decreto Nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, é que se propôs o presente artigo, com destaque à produção por parte do Serviço Social amazônida.

Serviço Social na Amazônia: a particularidade da Regional Norte da ABEPSS

Conforme sinalizado, a Regional Norte da ABEPSS alcança nove estados, a saber: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Piauí, Roraima, Rondônia e Tocantins. A literatura tem apontado que o Serviço Social, nesse contexto da Amazônia, surge atrelado ao fortalecimento do modo de produção capitalista, sob o desenvolvimento da industrialização no país voltado principalmente para o setor econômico. É uma profissão que, pela ótica do Estado, emerge com a tentativa de apaziguar as expressões da questão social naquele momento histórico. Oliveira (1988, p. 80) afirma que:

É no desenvolver das forças produtivas que se torna mais complexa a divisão social e técnica do trabalho. À medida que o capitalismo se desenvolve, a organização da produção requer um número cada vez maior de especialidades, tanto na esfera da produção e na esfera da realização de mercadorias, como no espaço de elaboração intelectual e moral da sociedade.

Destarte, a origem do Serviço Social amazônida está localizada no Estado do Amazonas, especificamente na cidade de Manaus, com a criação da primeira Escola de Serviço Social, em 1940, porém, sua fundação oficial só ocorreu em 15 de janeiro de 1941.





Em 14 de janeiro de 1945, por meio do Decreto Lei 1.142, foi reconhecida pelo Governo Estadual na gestão de Álvaro Maia (MONTENEGRO, 1986).

A Escola tinha como objetivo fazer a formação de técnicos na área social, e “futuramente implementar uma política de Assistência Social no Estado do Amazonas” (ANDRADE; VALLINA; GAMA, 2020, p. 26). Nesse período, a formação em Serviço Social baseava-se nas correntes filosóficas neotomistas e na perspectiva higienista, com a forte influência da Igreja católica e com o apoio do Estado para solucionar os problemas sociais. No ano de 1968 a referida Escola foi incorporada à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ofertando gratuitamente a formação em dois anos. Com a chegada à UFAM, o curso passou a ocupar prédio próprio e os docentes remunerados (ANDRADE; VALLINA; GAMA, 2020).

Posteriormente, no ano de 1950, surgiu a segunda Escola de Serviço Social na região amazônica, desta vez no Estado do Pará. Assim como os demais estados, o Pará passava por uma conjuntura emblemática marcada por mudanças econômicas, políticas e sociais. Na Região os problemas eram decorrentes das diversas migrações, tendo em vista o período do ciclo da borracha que estava em alta (OLIVEIRA, 1988).

A terceira Escola de Serviço Social vai aparecer no ano de 1953, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. O Maranhão vivenciava “um momento de uma liderança ultraconservadora que se baseava no domínio do latifúndio e na liderança dos ‘coronéis’, ocasionando estagnação social, política e cultural (SILVA apud SILVA *et. al*, 2008, p. 4). Inicialmente, a Escola tinha intuito de atuar nos problemas de migração e emigração que vivenciava o Estado naquele período. No dia 02 de abril de 1953 a Escola foi instalada, sendo considerada de utilidade pública pela Lei 1.114, de 31 de dezembro de 1953.

No que concerne aos estados da Amazônia que integram a Regional Norte da ABEPSS, vale dizer que apesar de a profissão estar firmada na década de 1940, foi somente no ano de 1993 que ocorreu a criação do primeiro Programa de Pós-Graduação (PPG) vinculado à área de Serviço Social na CAPES, particularmente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com o nome de PPG em Políticas Públicas. Passados três anos, foi criado o PPG em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA); em 2002, o PPG em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI); e em 2007, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) inaugurou o PPG em Serviço Social e Sustentabilidade na

Amazônia. Após dez anos, em 2017/2018, ocorreu em Tocantins o terceiro e o mais novo PPG específico do Serviço Social na Regional Norte da ABEPSS.

Esses dados indicam que, dos 09 (nove) estados que compõem a Regional Norte da ABEPSS, apenas 05 (cinco) possuem PPGs na área da profissão, conforme reconhecimento da CAPES. Uma sistematização sobre tal está identificada no quadro 01.

Quadro 1 – Sistematização dos cursos de Mestrado e Doutorado na Regional Norte da ABEPSS

UF	IES	Curso	Área de formação	Área de concentração	Início	Nota
AM	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Mestrado	Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia Obs: Capes reconhece apenas Serviço Social	Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia	2007	4
PA	Universidade Federal do Pará – UFPA	Mestrado/ Doutorado	Serviço Social	Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais	1996	5
TO	Universidade Federal de Tocantins – UFT Obs: <i>Campus Miracema do Tocantins</i>	Mestrado	Serviço Social	Serviços Sociais, Políticas Sociais e Direitos	2018	3
MA	Universidade Federal do Maranhão – UFMA	Mestrado/ Doutorado	Políticas Públicas	1) Políticas Públicas e Movimentos Sociais; 2) Políticas Sociais e Programas Sociais	1993	6
PI	Universidade Federal do Piauí – UFPI	Mestrado/ Doutorado	Políticas Públicas	Estado, Sociedade e Políticas Públicas	2002	5

Fonte: CAPES, 2022.

A produção de conhecimento na área do Serviço Social amazônica, certamente, tem desvelado com mais profundidade a dimensão continental da Amazônia em seus aspectos culturais, étnicos, territoriais, ambientais e geográficos. Desse modo, a pesquisa tem um lugar singular na produção acadêmica do Serviço Social, pois ela “[...] é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela inserção histórica na divisão sociotécnica do trabalho” (BOURGUIGNON, 2007, p. 49).

Mathis *et al.* (2017, p. 221) afirma que na Amazônia os estudos e pesquisas precisam continuar a cumprir o papel singular que lhe cabem, qual seja: “interpretar, com rigor acadêmico, as expressões da questão social na Região como forma de contribuir para a



proposição de políticas públicas voltadas às particularidades da vida social, bem como para as resistências e lutas políticas”.

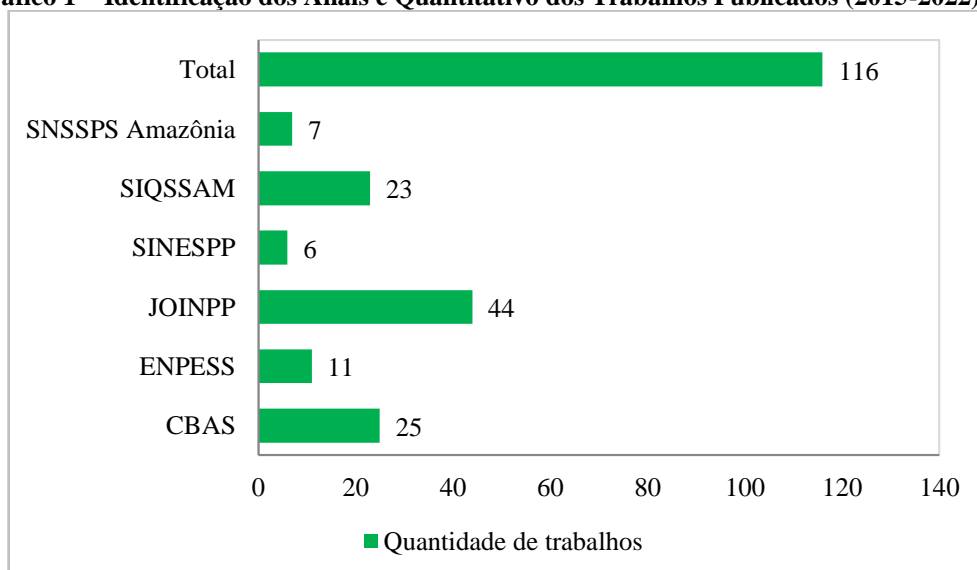
Diante disso, apresentam-se os dados levantados nos Anais de congressos, nas teses e dissertações, frutos das produções da área do Serviço Social, que versam sobre a temática de povos indígenas e comunidades tradicionais sob a ótica da questão étnico-racial.

A produção de conhecimento nos Anais de Congressos

Inicialmente, discutem-se os dados que foram pesquisados nos Anais de congressos, conforme delimitação sinalizada na introdução deste artigo. Os congressos compreendem o intervalo temporal de 2015 a 2022 sequenciados da seguinte forma e anos. Eventos localizados em universidades que fazem parte da Regional Norte da ABEPSS e pertencentes a área do Serviço Social: SNSSPS Amazônia (2016 e 2019), SIQSSAM (2015), SINESPP (2018, 2020 e 2022) e JOINPP (2017, 2019 e 2021). Eventos específicos do Serviço Social organizados pelas entidades representativas da categoria (CFESS, ABEPSS, ENESSO)⁶: ENPESS (2016 e 2018) e CBAS (2016, 2019 e 2022).

No total, foram identificados 116 trabalhos (gráfico 1). Para identificação foram utilizadas palavras-chave a fim de acessá-los nos Anais: povos indígenas, indígenas, questão indígena, comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, Amazônia, povos tradicionais.

Gráfico 1 – Identificação dos Anais e Quantitativo dos Trabalhos Publicados (2015-2022)



Fonte: Levantamento bibliográfico e documental (2022).

⁶ CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.



No universo dos temas que envolvem povos indígenas e comunidades tradicionais, os trabalhos publicados nos Anais delimitam uma diversidade de objetos de estudos que, se alocados nos GTPs da ABEPSS, sobressaem, em grande maioria, temáticas que estão vinculadas aos GTPs de “Questões agrária, urbana e ambiental e Serviço Social”; “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, Feminismos, raça/etnia e sexualidades”; “Movimentos Sociais e Serviço Social”; e “Trabalho, questão social e Serviço Social”. Ou seja, os trabalhos problematizam seus objetos no âmbito desses quatro GTPs, o que é compreensível, uma vez que grande parte dessas publicações focaliza o ambiente rural amazônico em suas dimensões territorial, geográfica, cultural, social e ambiental.

Dos quatorze Anais pesquisados a JOINPP foi o congresso que mais teve trabalhos publicados, contabilizando 44 produções (38% do quantitativo). Considera-se que a JOINPP é o maior evento científico da área do Serviço Social localizado na região amazônica. Tem abrangência internacional com a primeira edição no ano de 2003 e, em 2021, completou dez edições. Entende-se que, pela sua história, reconhecimento e tempo de realização, e por ser organizado por uma universidade na qual o curso de Serviço Social integra a ABEPSS/Norte, justifica-se a quantidade de trabalhos publicados na JOINPP.

O CBAS aparece na segunda posição com 25 trabalhos publicados, correspondente a 20% de produções científicas. A primeira edição do CBAS ocorreu em 1947 promovido, à época, pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). É um evento histórico. Em 2022, completou dezessete edições. Uma de suas maiores expressões está marcada na sua terceira edição, de 1979, conhecido como “congresso da virada”. Para Mota e Rodrigues (2020, p. 201) “o III CBAS se tornou uma referência no evoluir da profissão no país, justamente por ter inaugurado uma nova geração política, de caráter crítico e à esquerda, seja nas entidades organizativas profissionais e sindicais, seja nas vinculadas ao ensino do Serviço Social no país”.

Os demais eventos correspondem a 42% distribuídos, respectivamente: SIQSSAM (22%), ENPESS (9%), SNSSPS Amazônia (6%) e SINESPP (5%). Levantar essas produções científicas no contexto da Amazônia é de suma importância, principalmente quando se discute a temática da questão indígena, povos e comunidades tradicionais a partir do Serviço Social, pois observa-se a necessidade de maior reconhecimento e aprofundamento de tais temas no contexto do Serviço Social, o que expressa o fortalecimento e o compromisso ético-político da profissão junto às classes historicamente invisibilizadas. Como pondera Netto (2006), o



Projeto Ético Político vislumbra a construção de um novo modelo de sociedade sem discriminação, exploração ou dominação de classe, etnia e gênero.

Se comparado o quantitativo de 116 trabalhos em relação às décadas de existência da profissão na Região amazônica, com recorte à Regional Norte da ABEPSS, verifica-se, ainda, tímida a pauta e a visibilidade da temática indígena e de comunidades tradicionais pelos órgãos de representação das/os assistentes sociais, bem como pela produção acadêmica disseminada em eventos científicos e periódicos de significativa circulação e relevância na área (AMARAL; BILAR, 2020).

Para o fim que se propõe, optou-se por fazer uma divisão dos 116 trabalhos entre aqueles que centralizam especificamente a questão indígena, e os demais que abordam temas voltados para povos e comunidades tradicionais em sentido mais amplo (gráfico 2).

Gráfico 2 – Quantitativo de trabalhos por divisão de temáticas (em porcentagem)



Fonte: Levantamento bibliográfico e documental (2022).

Quanto ao percentual de 79,68% dos trabalhos, e por se tratar da Região Amazônica, identificou-se, no geral, que os trabalhos têm como foco a realidade dos povos ribeirinhos, quilombolas e demais comunidades tradicionais. Mister se faz notar que, quanto à questão indígena, as publicações discutem sobremaneira a luta pela demarcação de terras, as violências nos territórios e o (não) acesso às políticas públicas na ótica do direito social.

Heck, Loebens e Carvalho (2005) enfatizam que as terras indígenas na Amazônia brasileira e no restante do país são extremamente vulneráveis, ameaçadas e invadidas

constantemente por madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, em busca do lucro fácil, o que implica diretamente no modo de vida dos povos indígenas, haja vista a degradação ambiental, extermínio/genocídio e apagamento da cultura ancestral.

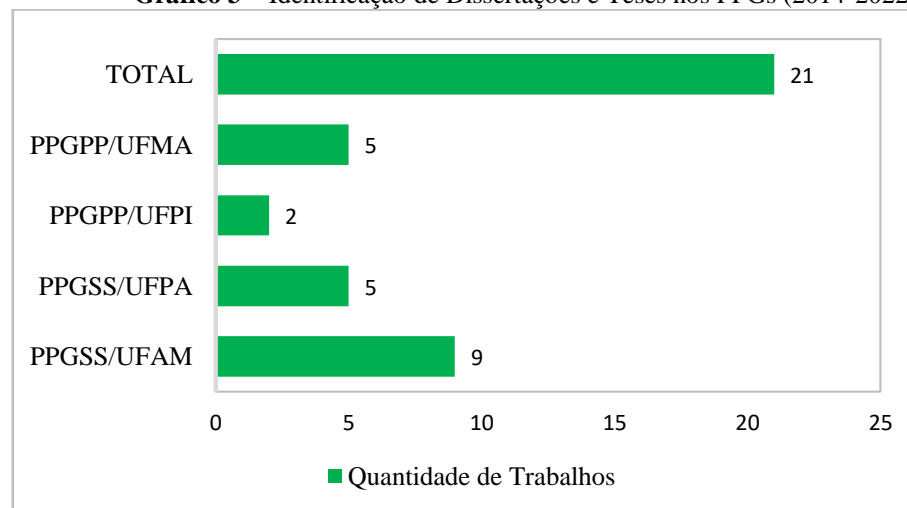
A produção de Conhecimento nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado

De acordo com Santana, Stampa e Carvalho (2020, p. 81), “os programas de pós-graduação da área de Serviço Social potencializam, pela formação pós-graduada, impactos sociais, econômicos e culturais na vida social brasileira”. É uma profissão que produz conhecimento pautado na teoria crítica, e busca articular dialeticamente o debate da “[...] desigualdade de classe e as opressões de gênero, de orientação sexual, de raça, de geração e ciclos de vida, dentre outras contradições do modelo de sociabilidade vigente” (Ibid., p. 81).

As autoras sinalizam ainda que, o conjunto de estudos e pesquisas nos PPGs da área do Serviço Social busca compreender e explicar a natureza dos problemas em nível regional, nacional e latino-americano em relação às contradições entre Estado, sociedade e mercado no contexto do capitalismo. Desse modo, entende-se que a pesquisa, como ferramenta reveladora do real, assume no contexto amazônico uma posição de enfrentamento às expressões da questão social que se acirram com a acumulação do capital.

O levantamento realizado nos sites dos PPGs da área do Serviço Social que fazem parte da Regional Norte da ABEPSS e no banco de Teses e Dissertações da CAPES, no intervalo de 2014 a 2022, identificou apenas 21 trabalhos que versam em seus objetos de estudos temas acerca dos povos indígenas e comunidades tradicionais (gráfico 3).

Gráfico 3 – Identificação de Dissertações e Teses nos PPGs (2014-2022)



Fonte: Levantamento bibliográfico e documental (2022).





Importante ressaltar que o PPGSS da UFT também integra a pós-graduação na Regional Norte da ABEPSS, no entanto, é o mais recente da área com as primeiras defesas de dissertação em 2021, mas ainda não disponíveis para consulta no site do PPG. Como se pode notar, o Programa da UFAM, nível de mestrado, é o que mais tem produzido estudos e pesquisas com foco em povos e comunidades tradicionais, fazendo uma interlocução com o debate socioambiental e sustentabilidade.

Chama-se atenção para o fato de que, no quantitativo de 21 trabalhos dos 07 (sete) anos, a temática específica sobre a questão indígena ainda é incipiente para a dimensão do intervalo temporal de 2014 a 2022. Esse dado, de alguma forma, coaduna com as discussões que vêm sendo feitas por meio das entidades representativas do Serviço Social (em especial a ABEPSS) quanto à baixa produção acadêmica que abordam a questão indígena.

Assim, observa-se a urgência desse debate no campo acadêmico como um espaço democrático para discussões e produções acerca da temática indígena e outros povos tradicionais, com vistas à defesa dos direitos, visibilidades e resistência nos territórios.

Sobre isso, Nascimento *et al.* (2021, p. 188) enfatiza que “as/os amazônidas precisam ampliar as discussões sobre povos e comunidades tradicionais no cotidiano da formação uma vez que, sem o conhecimento dessa dimensão da realidade regional, a práxis não se realizará em consonância com o que se defende no próprio PEP”. Esse dado tem a ver com o debate de povos indígenas e comunidades tradicionais que é irrisório no processo de formação nos cursos de Serviço Social na Amazônia, bem como nos PPGs. Quando aparece, é transversalmente em uma ou outra disciplina, não sobressaindo a totalidade do debate.

Considerações Finais

Em que pese os limites deste trabalho, os resultados caminham para duas reflexões que consideramos centrais. A primeira diz respeito ao reduzido índice da produção de conhecimento sobre as particularidades de povos indígenas e comunidades tradicionais no Serviço Social brasileiro e amazônida. Entende-se que o debate envolvendo esses temas, em grande medida, deslinda-se por meio do debate étnico-racial, disso resulta a tímida produção por parte de pesquisadores/profissionais/pós-graduandos/graduandos da supracitada área de formação, pois as discussões concernentes às relações étnico-raciais no interior da profissão requer um imbricamento hercúleo com a formação social do Brasil e da Amazônia e com os fundamentos histórico e teórico metodológicos do Serviço Social.





As entidades do Serviço Social, a exemplo da ABEPSS e do CFESS, tem se aproximado e assumido, cada vez mais, o compromisso em debater a temática dos povos indígenas e comunidades tradicionais, e com isso qualificar o processo de formação e trabalho profissional. Contudo, a realidade concreta demonstra que é preciso avançar tanto nas discussões quanto em ações estratégicas de concretização do que se propõe. Em 2018, a ABEPSS elaborou o documento “Subsídios para o Debate sobre a Questão étnico-racial na Formação de Serviço Social”. Em 2021, o CFESS, ao trazer o tema de “povos originários e comunidades tradicionais” para as comemorações no mês de maio, oportunizou problematizar o tema no âmbito da produção acadêmica. Em 2022, o CBAS aprovou uma mesa temática durante a programação intitulada “Povos indígenas, quilombolas e Serviço Social no Brasil: desafios e perspectivas para o trabalho profissional no contexto das relações étnico-raciais”. Todos esses e outros aportes são direcionamentos que provocam a discussão, ao mesmo tempo, instigam os estudos e pesquisas, em especial na Amazônia.

A segunda, corolário da primeira, diz respeito à importância da profissão em discutir e produzir conhecimento com centralidade na diversidade de povos indígenas e comunidades tradicionais, considerando a dimensão da Região Amazônica. E isso tem a ver com a formação em nível de graduação e pós-graduação. Por isso a defesa de disciplinas que incorporem o debate das relações étnico-raciais, chamando a atenção para a necessidade de se conhecer a realidade dos povos e comunidades tradicionais que dinamizam o território amazônico. É salutar que os amazônidas ampliem as discussões no cotidiano da formação uma vez que, sem o conhecimento da dimensão regional, a práxis não se realizará em consonância com o que se defende no Projeto Ético Político.

Referências

ANDRADE, R. F. C. de; VALLINA, M. M.; GAMA, R. R. Da Escola de Serviço Social de Manaus ao boom do mercado educacional no Amazonas. *In: ____*. **A escola de serviço social de Manaus: primórdios da formação do estado do Amazonas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 26-35.

AMARAL, W. R. do; BILLAR, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Em Pauta**, Rio de Janeiro. 2º semestre de 2020, n. 46, v. 18, p. 180-195. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/34470>. Acesso em: 18 dez. 2022.





RELEM – Revista Eletrônica Mutações
©by Ufam/Fic/Icsez

BOURGUIGNON, J. A. A Particularidade histórica da Pesquisa no Serviço Social. **Katálysis**. Florianópolis: EDUFSC, v.10, n. esp., p. 46-54, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300005/3911>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área Serviço Social, 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf/view>. Acesso em: 01 out. 2020.

CARVALHO, D. B. B. de; SILVA, M. O. S. (Org.). **Serviço Social, Pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS. Conselho Federal do Serviço Social. **CFESS Manifesta: dia da luta indígena**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/?lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2023.

CFESS. Conselho Federal do Serviço Social. **15 de maio: “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente”**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1800>. Acesso em: 18 nov. 2022.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1941.

HECK, E.; LOEBENS, F.; CARVALHO, P. D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos avançados**, n. 19. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/5RnftMKtzRwmyTMrKpqX63S/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2023.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológicas**. 29.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. ed. 19. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. 40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30303>. Acesso em: 02 jan. 2023.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). In: **Cadernos ABESS**. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.

LARA, R. **A produção de conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de História. Manaus, 2008.



Manuscrito licenciado sob forma de uma licença **Creative Commons**. Atribuição Internacional.

Relem, Manaus (AM), v. 15, n. 24, jan./jun. 2022.



MARTINELLI, L. M. **Serviço Social: Identidade e alienação.** ed. 16. São Paulo: Cortez, 2011.

MATHIS, Adriana de Azevedo; SANTANA, Joana Valente; SILVA, Max Nazareno Miranda da; CRUZ, Jaqueline do Nascimento. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA: elementos históricos e temas de pesquisa em 20 anos. **R. Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 216-224, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/1414-4980-rk-20-02-00216.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

MENDES, J. M. R.; ALMEIDA, B. L. F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 640-661, out/dez. 2014.

MONTENEGRO, R. de C. **A Criação da Escola de Serviço Social de Manaus.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1986.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **R. Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212. 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_lutaindigena-SITE.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

NASCIMENTO, M. A. C.; ARÊDA-OSHAI, M. C.; NASCIMENTO, N. S. F.; RIBEIRO, P. A. Negros e Indígenas na Amazônia no contexto da Formação Profissional em Serviço Social. In: CUNHA, M. G. N.; PRATES, J. C.; GOMES, V. L. B.; PINHEIRO, H. A. (Org.). **Procad Amazônia 2: formação e trabalho do Assistente Social no Norte e no Sul do Brasil.** Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

OLIVEIRA, E. **Perspectivas hegemônicas e institucionalização do Serviço Social no Pará.** Dissertação (Curso Internacional de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém/PA, 1988.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANTANA, J. V.; STAMPA, S.; CARVALHO, D. B. B. de. A pós-graduação em serviço social no contexto ultraneoliberal. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. L. B. (Org.).





RELEM – Revista Eletrônica Mutações

©by Ufam/Fic/Icsez

Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos Teresina: EDUFPI, 2020.

SILVA, M. O. da S. *et al.* O protagonismo do Maranhão no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade.** Edição Especial. Serviço Social: memória e história, n. 95, Ano XXIX, setembro, 2008.

